



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ALINNY ALICE BATISTA

**DESIGUALDADE DE GÊNERO E PANDEMIA: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL
DE MULHERES FRENTE A JORNADA MÚLTIPLA DE TRABALHO**

Juazeiro do Norte
2021

ALINNY ALICE BATISTA

**DESIGUALDADE DE GÊNERO E PANDEMIA: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL
DE MULHERES FRENTE A JORNADA MÚLTIPLA DE TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Me. Larissa Maria Linard Ramalho

Juazeiro do Norte
2021

ALINNY ALICE BATISTA

**DESIGUALDADE DE GÊNERO E PANDEMIA: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL
DE MULHERES FRENTE A JORNADA MÚLTIPLA DE TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Me. Larissa Maria Linard Ramalho

Aprovado em: 02/07/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Larissa Maria Linard Ramalho
Orientadora

Prof. Me. Moema Alves Macedo
Avaliadora

Prof. Me. Jéssica Queiroga de Oliveira
Avaliadora

DESIGUALDADE DE GÊNERO E PANDEMIA: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DE MULHERES FRENTE À JORNADA MÚLTIPLA DE TRABALHO.

Alinny Alice Batista¹
Larissa Maria Linard Ramalho²

RESUMO

Ao longo da história, as mulheres passaram por inúmeras transformações em seus papéis sociais, bem como mudanças significativas em suas funções, principalmente, com sua inserção no mercado de trabalho, possibilitando várias conquistas. Atualmente, a mulher está cada vez mais envolvida em múltiplas tarefas, entretanto, a sobrecarga de trabalho direcionada a esse público afeta constantemente diferentes mulheres, o que tem gerado interesse em vários estudos de gênero frente às sociedades patriarcais e capitalistas. Diante desse novo cenário pandêmico, foi percebido que as mulheres desempenham várias tarefas e papéis em sua rotina diária, de modo desigual e intensificado, podendo sobrecarregar as mesmas e afetar sua saúde. A presente pesquisa pretende compreender como a desigualdade de gênero e jornada múltipla de trabalho, na pandemia, contribui para os impactos à saúde mental de mulheres. A metodologia utilizada caracteriza-se por uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa, utilizando artigos científicos, livros e revistas em plataformas digitais. Estudos evidenciaram que a crise da pandemia da COVID-19 intensificou ainda mais a sobrecarga de trabalho em mulheres, sendo estas já marcadas frente às múltiplas jornadas na sociedade contemporânea, sendo que esse momento pandêmico reforça a divisão sexual do trabalho, visto as mulheres serem afetadas pela redução de ocupações, estarem em maior parte nos trabalhos informais e ganharem ainda salários mais baixos, além disso, as medidas de isolamento social e quarentena colocaram à tona a discussão a respeito das atividades de cuidado e trabalho doméstico que as mulheres são responsabilizadas. As contribuições encontradas serviram para expor, que a pandemia da COVID-19, seja de forma direta ou indireta, impacta a saúde mental de mulheres, evidenciando que a múltipla jornada e a desigualdade de gênero acentuam mais ainda a condição vulnerável das mesmas nesse momento.

Palavras-chave: Mulheres. Pandemia. Saúde Mental. Desigualdade de Gênero. Jornada Múltipla.

ABSTRACT

Throughout history, women have gone through countless transformations in their social roles, as well as significant changes in their roles, especially with their insertion in the labor market, enabling several achievements. Currently, women are increasingly involved in multiple tasks, however, the workload aimed at this audience constantly affects different women, which has generated interest in various gender studies in relation to patriarchal and capitalist societies. Faced with this new pandemic scenario, it was noticed that women perform different tasks and roles in their daily routine, unequally, which can overburden them and affect their health. This research aims to understand how gender inequality and multiple working hours in the pandemic contribute to the impacts on women's mental health. The methodology used is

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: alinnybatistah@gmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: larissaramalho@leaosampaio.edu.br

characterized by a bibliographical review of a qualitative nature, using scientific articles, books and magazines on digital platforms. Studies have shown that the COVID-19 pandemic crisis has further intensified the workload of women, who are already marked by multiple shifts in contemporary society, and this pandemic moment reinforces the sexual division of work, as women are affected. by the reduction of occupations, being mostly in informal jobs and earning even lower wages, in addition, the social isolation and quarantine measures brought to light the discussion about the activities of care and domestic work that women are responsible for. The contributions found served to expose that the COVID-19 pandemic, either directly or indirectly, impacts the mental health of women, showing that the multiple journey and gender inequality further accentuate their vulnerable condition at that time.

Keywords: Women. Pandemic. Mental health. Gender Inequality. Multiple Journey.

1 INTRODUÇÃO

No final de dezembro de 2019, ocorreu a transmissão do novo coronavírus em pessoas na cidade de Wuhan, na China, originado do SARS-CoV-2 (Síndrome respiratória Aguda Grave 2), o que causou a Covid-19 (Coronavirus Disease 2019). Esta é definida como uma infecção respiratória, cuja infecção desse vírus pode variar entre assintomáticos à situações mais graves (BRASIL, 2020). O rápido aumento de casos do novo coronavírus ao redor do mundo fez com que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarasse a pandemia, no dia 11 de março de 2020, ao passo que a alta taxa de contaminação pela COVID-19 e a letalidade fizeram com que medidas de enfrentamento fossem adotadas em várias regiões do mundo, desde o isolamento social e o confinamento, até medidas mais severas de restrições de contato social (ZWIELEWSKI, 2020).

Dessa forma, vários impactos econômicos, sociais, psicológicos e emocionais foram gerados, sendo necessárias ações que visem à saúde física e mental de toda população (PEREIRA et al., 2020). Em virtude disso, pensou-se no público do gênero feminino, que são afetadas diretamente, podendo comprometer sua saúde mental, frente a todo o contexto gerado pela pandemia, e diante também da múltipla jornada de tarefas desempenhadas, devido aos diversos papéis que a mulher é responsabilizada na sociedade.

Ao longo da história, as mulheres passaram por transformações em seus papéis sociais, o que possibilitou várias conquistas, entretanto ainda são naturalizadas como cuidadoras e responsáveis, exclusivamente, pelo cuidado do lar e de sua família, devido ao contexto cultural patriarcal (SANTOS, 2020). Vale considerar, segundo Costa (2020), os fatores acerca da rotina diária da mulher nesse novo cenário, diante da multiplicidade de tarefas que são designadas, como os afazeres domésticos, cuidar dos filhos e familiares, emprego e adaptação do trabalho home office, dentre outros, em que o acúmulo de atividades pode gerar cansaço

físico, estresse e uma sobrecarga psíquica muito grande, prejudicando a saúde dessas mulheres.

O respectivo trabalho tem o intuito de apresentar o tema acerca da sobrecarga psicológica em mulheres frente à jornada múltipla de trabalho e desigualdade de gênero na pandemia atual. Diante desse novo cenário, foi percebido que as mulheres desempenham várias tarefas e papéis em sua rotina diária, de modo desigual, podendo sobrecarregar as mesmas e afetar sua saúde. Dessa forma, surgiu a problemática: A desigualdade de gênero e a múltipla jornada de trabalho na pandemia contribui para a sobrecarga mental de mulheres?

O objetivo da presente pesquisa, então, será compreender como a desigualdade de gênero e jornada múltipla de trabalho, na pandemia, contribui para os impactos à saúde mental de mulheres, bem como apresentar o contexto histórico das mudanças de papéis e a múltipla jornada de trabalho da mulher, analisar se a multiplicidade de tarefas que a mulher desempenha é reforçada nesse momento de pandemia e apontar os principais sintomas e agravos à saúde mental de mulheres diante do contexto atual e da múltipla jornada de trabalho.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada caracteriza-se por uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa. Esse tipo de pesquisa se baseia em materiais, como livros, artigos científicos, revistas, dissertações, teses, jornais, sendo materiais já publicados, tanto impressos ou digitais. Uma considerável vantagem da pesquisa bibliográfica é que possibilita ao pesquisador um variado conjunto de fenômenos de forma mais ampla, diferente de pesquisar diretamente (GIL, 2018).

A pesquisa qualitativa, de acordo com Marconi e Lakatos (2017), se caracteriza por uma relação dinâmica entre o mundo real e a subjetividade do sujeito, que não usa de métodos estatísticos e de números, com o intuito de interpretar e analisar aspectos mais profundos do comportamento humano, como o mundo de significados, valores, crenças, visão de mundo, estilo de vida, possibilitando uma análise ampla e compreensão do fenômeno.

Quanto aos objetivos mais amplos, Gil (2018) também traz características da pesquisa exploratória, que seria por tornar o problema de pesquisa claramente mais compreensível, em que o fenômeno estudado manifesta diversas perspectivas diante da sua flexibilidade frente ao planejamento. Além disso, a pesquisa descritiva trata-se da descrição de atributos de determinado fenômeno, possuindo a finalidade de identificar relações entre variáveis.

Dessa forma, a coleta de dados foi realizada de forma digital e online, utilizando artigos científicos, teses, revistas e livros nas plataformas do Google acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SciELO), usando materiais da língua portuguesa, inglesa e um artigo em espanhol. Os materiais foram selecionados, organizados em tabela e realizados leitura exploratória e leitura seletiva, para que se possam registrar as informações destes instrumentos. O recorte específico de período de publicação estabelecido para a pesquisa inclui o período dos últimos cinco anos, de 2016 a 2021, utilizando como exceção apenas algumas obras essenciais no ano de 2009, 2012, 2013 e 2014.

A busca de artigos foi feita nos meses de janeiro a maio de 2021, em que foram usados os descritores: patriarcado; sobrecarga de trabalho da mulher; múltipla jornada de trabalho da mulher; desigualdade de gênero e pandemia; saúde mental e pandemia. Para a análise de dados do respectivo estudo foram usadas leituras analíticas com o objetivo de organizar informações para obter respostas do problema de pesquisa.

3 DESIGUALDADE DE GÊNERO E JORNADA MÚLTIPLA DE TRABALHO: CONTEXTO HISTÓRICO

Atualmente, existem várias discussões e estudos sobre Gênero, em que se faz necessário compreender suas implicações relacionadas à constituição do sujeito e o contexto social que está inserido e, nesse sentido, esse tema se associa às construções culturais acerca dos papéis de homem e mulher na sociedade, que foram estabelecidos e naturalizados no cotidiano, e que assumem certos comportamentos internalizados, como regras sociais (SANTOS, 2013). O surgimento sobre os estudos de gênero se iniciam nos anos 60, nos Estados Unidos e Europa, por meio dos movimentos feministas e homossexuais, trazendo a noção de que existiam diferenças entre homem e mulher numa compreensão construída culturalmente, sob a definição de papéis sociais, sem uma concepção voltada aos aspectos biológicos, sendo que tais papéis sociais, ao longo da história, evidenciam heranças de sociedades patriarcais, onde a mulher era atribuída ao papel materno e doméstico, ao passo que o homem era o provedor e responsável pelas decisões, e, por esse motivo, os movimentos feministas se mobilizaram, a partir dos estudos e discussões de gênero, frente a suas condições para buscarem seus direitos (SANTOS et al., 2019).

Sobre seu conceito, a autora Butler (2013) reflete que a ideia de Gênero não está ligada aos fatores biológicos, mas sim comportamentais, que enfatiza as construções linguísticas em torno das diferenças sexuais e introduz o conceito de performance de gênero,

na qual pontua esse conceito como algo construído na ação, ultrapassando a ideia de que gênero somente são dois: masculino e feminino, existindo outras dimensões. Beauvoir (2016) em seu livro “O Segundo Sexo” traz significativas reflexões e questionamentos acerca da situação social da mulher em seu tempo, com sua famosa expressão: “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, em que reforçou acerca da influência da cultura sobre a condição do sujeito e sua relação na definição de papéis.

Quando se fala no termo “gênero” e não de uma categoria por “sexo” significa dizer, que a intenção é eliminar a ideia de determinismo biológico, colocando o lugar sobre o que é ser mulher e homem na sociedade, levando em consideração o contexto social da utilização da categoria de gênero, permitindo também refletir as questões dos sujeitos, como pessoas de direitos, políticos, de cultura, históricos, sujeitos que possuem identidade e subjetividade, e, nesse sentido, falar de gênero é problematizar a posição e condição que a mulher está inserida no cotidiano (GOMES, 2018).

Os papéis sociais de gênero apresentam características de dominantes e dominados, diante das relações de poder existentes nesse contexto, evidenciando, segundo Santos et al. (2019), o surgimento das desigualdades de gênero, em que a mulher é colocada ao papel de submissa e dominada, ao contrário do papel do homem, ao passo que tais papéis são reproduzidos pela sociedade e naturalizados, gerando uma condição desigual e injusta para um dos gêneros.

A seguir será apresentado o contexto histórico e transformações acerca dos papéis sociais atribuídos às mulheres ao longo da história até o momento atual, bem como as desigualdades de gênero dentro desse contexto.

3.1 PAPEIS ATRIBUÍDOS ÀS MULHERES E AS TRANSFORMAÇÕES FAMILIARES

Quando se imagina uma figura feminina e masculina, logo uma imagem ou ideia fixa é pensada, como o homem apresentar características de poder, força e coragem, já a mulher é bela, gentil e delicada, sendo esses padrões de papéis chamados de estereótipos de gênero, pois ao longo da história foram criados diversos estigmas impostos na sociedade, os quais influenciam as atitudes dos sujeitos e do grupo, limitando as atividades e determinando a construção de uma realidade (JESUS et al., 2019). Os papéis sociais e de gênero e as funções sociais estabelecidas impactam na compreensão da constituição do sujeito, seja de modo individual ou coletivo, ao passo que é determinado o lugar do “ser mulher” na sociedade, podendo influenciar as suas escolhas de vida (ALVES; RESENDE, 2021).

Ao longo da história das sociedades, os papéis direcionados ao gênero feminino e masculino foram construídos e estabelecidos, havendo uma divisão nítida de papéis: O homem era ligado à ideia de trabalho, provedor, viril, o que estabelecia as regras no lar, inserido na esfera pública, já a mulher tinha o papel de esposa, mãe e filha, de cuidadora, responsável pelas atividades domésticas, na esfera privada (SOUSA, GUEDES, 2016).

Esses papéis citados anteriormente são advindos do modelo familiar tradicional, surgidos pelo modelo europeu patriarcal, que de acordo com Delphy (2009), a compreensão do conceito de patriarcado é no sentido de haver poder dos homens sobre as mulheres, enquanto formação social, além da ideia de dominação e controle por parte dos homens, na qual oprime as mulheres. Dessa forma, os valores patriarcais são os que valorizam mais as atividades masculinas do que as atividades femininas, pois é estabelecido papéis sexuais e sociais, em que o gênero masculino possui certos privilégios (STRÜCKER; MAÇALAI, 2016).

Dessa forma, o histórico do patriarcado caminha junto com os fundamentos tradicionalistas, levantando o argumento religioso de que a dominação masculina é natural, universal e justificada pelos fatores biológicos, como aponta Lerner (2020), sendo esses papéis atribuídos às mulheres e homens de caráter “natural” relacionado com o argumento tradicionalista e religioso de que a mulher é submissa ao homem devido ao planejamento divino. Nesse sentido, a autora anterior ainda ressalta que essa visão tradicionalista considera a função materna da mulher como o maior objetivo a ser alcançado e caso não se tornem mães ao longo da vida são desviantes.

Importante compreender, segundo Silva e Londero (2016), que o patriarcado, onde ocorre à disseminação da desigualdade de gênero, não tem origem de natureza biológica ou natural, mas sua construção advém de ordem social e histórica, visto que essa teoria ajuda a explicar e entender o processo de discriminação e preconceito direcionado as mulheres ao longo dos anos, em que se perpassa uma relação hierárquica entre um gênero e outro. Para os autores mencionados, as guerras foram essenciais para valorização da força física do homem e supremacia masculina, logo foram surgindo as cidades, o Estado, as famílias de cunho patriarcal, bem como os casamentos colocando a mulher como propriedade do homem.

Desde o início da organização das primeiras sociedades, o objetivo era garantir a alimentação e sobrevivência do grupo e comunidade, como traz Engels (2014), ao passo que as tarefas eram divididas com a pretensão de adquirir alimentos, bem como a procriação da espécie humana, em que, posteriormente, acontecem as transformações familiares, a partir da divisão de classes, gerando acúmulo de bens por meio de atividades pastoris e agricultura. É nesse momento, que o autor supracitado reforça o fato das divisões de papéis já sendo

desempenhadas, como a responsabilidade do alimento ser tarefa do homem e a mulher responsável pelo cuidado doméstico, sem possuir a propriedade dos bens, visto ser propriedade privada da figura masculina.

Entretanto, a sociedade patriarcal não foi a única teoria existente no contexto das civilizações, pois muito se fala sobre o matriarcado, uma teoria sobre um período que a figura da mulher era central nas comunidades, em que nas sociedades antigas, diante de estudos arqueológicos, o papel da mulher era desempenhar tarefas principais e essenciais, como herdeiras de tronos, chefes, filósofas, guerreiras, políticas, quem organizavam e resolviam conflitos nas sociedades (SILVA; LONDERO, 2016). Os estudos antropológicos apresentam o momento pré-histórico e uma época primitiva que evidencia a religião focada no culto a deusa da fertilidade e fonte de vida, acrescentando também que as mulheres inventaram a agricultura (GUERRA, 2021). Houve um consenso ao definir o matriarcado não como uma ideia contrária ao patriarcado, de oposição, mas uma maneira distinta de possuir poder, com base nas suas posições de liderança, ao passo que isso reforça a concepção de que a submissão e subordinação das mulheres em determinadas sociedades não são universais e inatas (AMOR; MARTÍNEZ, 2020). Diante disso, Lerner (2020) discorre que somente se pode falar em matriarcado, quando as mulheres têm poder sobre os homens, dessa forma ela conclui que nunca existiu.

Nesse sentido, as mulheres sempre trabalharam bastante, o dobro do que os homens, onde essa afirmação é evidenciada desde as sociedades pré-históricas, onde as mulheres eram responsáveis pelo trabalho essencial de sobrevivência do grupo, quando produziam quase do total de alimentos das tribos, em que as tarefas das mulheres se resumiriam em árduas, incansáveis e opressivas (WOLF, 2019).

No período da colonização do Brasil, Talavera (2020) expõe sobre a chegada dos portugueses ao encontrarem uma cultura diferente, apontando que as mulheres índias eram responsáveis pelas atividades de produções agrícolas, colheita, plantio, além de que trabalhavam muito mais que os homens, sendo as principais figuras do trabalho duro na comunidade, destacando que foi com a exploração e escravização dos indígenas que esses papéis foram invertidos, visto que a chegada dos europeus no Brasil resultou nas mudanças de hábitos impostas, principalmente a essas mulheres. A partir disso, para a autora supracitada, os valores e crenças patriarcais foram trazidos nesse período, caracterizando, como já citado, por padrões de mulheres recatadas, submissas, cuidadoras dos lares, com responsabilidade de resguardar a imagem da família. Observa-se que no Brasil, existiam grupos de mulheres diferentes com papéis particulares e determinados, como é o caso das índias e negras sendo

submetidas a violências sexuais e exploração, e as mulheres brancas serviam para administrar o trabalho doméstico (TALAVERA, 2020).

Em relação ao contexto familiar, é correto afirmar que a família passou por diversas transformações ao longo dos anos, como explica Bernardi (2019) ao trazer, que a primeira fase se caracteriza pela família “tradicional”, onde existiam papéis bem definidos entre homem e mulher, na ideia de que as mulheres eram somente cuidadoras e responsáveis pelo lar, já a segunda fase seria a “moderna”, existindo uma maior democratização dos membros da família, em que a mulher passou a ter mais autonomia nas suas próprias decisões, dessa forma, o século XX traz mudanças significativas às famílias, em que é eliminada a dependência financeira feminina e essa nova posição da mulher na sociedade configura umas das maiores transformações no núcleo familiar, visto que as transformações familiares ocasionaram alterações no papel da mulher.

3.2 MOVIMENTOS FEMINISTAS E AS RELAÇÕES DE TRABALHO DA MULHER

Houve um período em que as mulheres não poderiam obter papéis ativos na sociedade, impostas ao lugar de “sexo frágil”, cujo estereótipo impedia as mesmas de adquirir direitos e trabalharem fora do espaço doméstico, entretanto, em meados do século XVII, foi surgindo o movimento feminista, caracterizado por ações políticas de mulheres que buscavam igualdade entre homens e mulheres (MARQUES, 2018).

Assim, esse movimento é considerado o marco essencial para diversas conquistas e inserção no mercado de trabalho das mulheres, através de reivindicações pela busca de direitos sociais, políticos, reprodutivos e sexuais (INSFRAN; MUNIZ, 2020). Para compreender o que foi o movimento feminista Garcia explica que:

Desse modo, o feminismo pode ser definido como a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. Partindo desse princípio, o feminismo se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo, como movimento social (GARCIA, 2018, p.13).

O movimento traz diferentes momentos históricos, onde ocorreu uma sequência de organizações feministas, configurando o termo “onda” para cada período, como aponta Garcia (2018), que também expõe acerca das três ondas existentes na história do feminismo: A primeira onda é sobre o movimento de mulheres na Revolução francesa no século XIX com a revolução burguesa, a segunda onda se caracteriza pela busca do igualitarismo entre os

gêneros e emancipação jurídica e econômica da mulher, e a terceira onda surge entre os anos 60 e 80, no contexto do século XX, a partir da obra clássica do “segundo sexo” de Simone de Beauvoir.

Importante destacar, para Insfran e Muniz (2020), que o início desses movimentos e mobilizações foi marcado por interesses de mulheres brancas, de classe média alta, havendo segregação e exclusão diante das condições das mulheres negras, sendo que as diferenças entre os movimentos feministas de brancas e negras perduram até hoje, sendo necessário o estudo de feminismos interseccionais, levando em consideração as diferentes demandas de mulheres frente ao contexto de raça, classe e sexualidades. As mulheres negras não obtiveram os mesmos benefícios dessas conquistas, evidenciando ocupações manuais e de menor prestígio, recebendo piores salários, pois “quando empregadas, as mulheres negras ganham em média metade do que ganham as mulheres brancas e quatro vezes menos do que ganham os homens brancos” (CARNEIRO, 2020, p. 112).

O movimento feminista trouxe dois episódios importantes, ainda no século XIX, caracterizando o primeiro momento como a luta das mulheres pela cidadania e decisões políticas, marcando a conquista pelo voto feminino e o segundo momento, com a revolução industrial as mulheres ganharam mais espaços, com as atividades nas fábricas e o aumento da industrialização e urbanização, sendo utilizadas como mão-de-obra e força de trabalho, mas estavam expostas a péssimas condições de trabalho, fazendo com que houvesse mobilização para mudar tais condições (SANTOS et al., 2019) . Com o advento do capitalismo e o contexto contemporâneo que a mulher estava inserida foi ampliado mais ainda o feminino nesse âmbito de trabalho, em que foram criadas leis para beneficiar essas mulheres, mas que não eliminaram suas condições precárias e salários menores, fazendo com que lutassem por melhores condições de trabalhos, através de reivindicações e manifestações, logo foram conseguindo conquistas nos espaços fabris, como diminuição da jornada de trabalho e melhores condições (IMPÉRIO et al., 2019).

Bell Hooks foi uma das grandes críticas da visão feminista, quando o movimento começou, trazendo a reflexão de que, na verdade, o trabalho não liberta a mulher da dominação masculina, ao contrário do que acreditavam o movimento naquela época, pois, mesmo diante das conquistas por direitos advindos de protestos feministas, a discriminação por gênero não foi abolida completamente (HOOKS, 2020). A referida autora traz a discussão de que é preciso repensar acerca do significado do trabalho como uma tarefa essencial dos movimentos feministas, visto que ainda há uma crescente divisão de classe que divide mulheres pobres de mulheres privilegiadas, pois se a pauta das mulheres fossem melhorar as

condições de trabalho para todas, não teriam ignorado o fato do problema do desemprego das mulheres pobres, além de que o aumento de burguesas no mercado de trabalho não significava que as mulheres estavam adquirindo poder econômico, enquanto grupo.

Um marco importante na história para as conquistas das mulheres, para Costa (2018), no que se refere ao mercado de trabalho, são as Guerras Mundiais, onde surgem mudanças significativas, pois enquanto os homens iam enfrentar as batalhas, as mulheres eram convocadas para realizar trabalhos considerados masculinos, porém, quando os homens retornavam e a guerra cessava elas deveriam voltar para seus lares.

Os séculos XX e XXI, portanto, trazem mais espaços para as discussões da temática de gênero e inúmeras conquistas, que é consequência dos movimentos feministas, porém é difícil pensar em igualdade, visto que em diversos cargos de trabalho existem relatos de discriminações e desvalorizações de seus salários (MARTINI, 2016). Para Sousa e Guedes (2016) a inserção da mulher no mundo econômico não iguala as funções atribuídas ao gênero, mas sim fortalece as desvantagens vivenciadas pelas mulheres, sendo que as conquistas adquiridas, como a saída do lar, evidencia um progresso incompleto, visto que realizam ainda sozinhas as atividades no espaço doméstico do lar, reforçando a desigual divisão sexual do trabalho.

Diante da desvalorização do trabalho feminino, Federici (2017) complementa que tal condição se relaciona com o processo do desenvolvimento do capitalismo, sendo que o trabalho das mulheres foi atrelado à compreensão de condição natural e inata, sendo as atividades femininas consideradas como não-trabalho. Vale ressaltar, que o capitalismo possui desigualdades sociais, em que se utiliza da divisão sexual do trabalho, não havendo como separar esse sistema do patriarcado e, dessa forma, segundo Cisne (2012), é extremamente relevante considerar a luta das mulheres frente às desigualdades existentes na classe trabalhadora, em que a autora exemplifica a teoria marxista, trazendo a ideia de que a libertação das mulheres será possível apenas após o rompimento do capitalismo e, nesse sentido, a inserção do mercado de trabalho não garante a mulher a sua emancipação, mesmo com suas conquistas, pois isso pode ser uma estratégia para o Estado obter mais lucro. Castro, Santos e Santos (2018) acrescentam-se que o capitalismo apodera-se da mão-de-obra da mulher, que são responsabilizadas pelo trabalho doméstico e são alvo de explorações comparadas ao sexo masculino, caracterizando um acúmulo de trabalho. Os autores anteriores salientam que tais desigualdades sociais e sexuais geram sobrecarga de trabalho em mulheres.

No contexto da divisão social do trabalho são esquecidos os outros esforços e atividades realizadas fora da esfera do mercado de trabalho, feito no isolamento, de forma

gratuita, como o trabalho doméstico que a maioria das mulheres é encarregada (ALBORNOZ, 2017). A autora também aponta sobre a não remuneração do trabalho doméstico que a mulher desempenha atualmente, como uma maneira de desvalorizar e colocá-las em um papel de responsáveis pelos cuidados do lar, que, historicamente, foram impostas. Nesse sentido, Wolf (2019) complementa, que se as mulheres não trabalhassem de graça, a economia dos países industrializados estaria devastada.

Ao se discutir acerca da diferença do trabalho doméstico com outras atividades laborais, Federici (2019) amplia a reflexão de que além de ser imposto às mulheres, o trabalho doméstico foi transformado em algo natural e constitutivo da personalidade feminina, fortalecendo a ideia de que não é trabalho e, portanto, não é necessária a remuneração, ao passo que essa concepção é uma maneira de manipulação e violência sutil que o capitalismo mantém para a aceitação da sociedade, prejudicando o fato das mulheres lutarem em busca de protagonismo. Federici (2019) complementa, que o papel de “dona de casa”, o qual as mulheres são submetidas, faz com que o trabalho desempenhado seja invisível e cansativo, sem ser reconhecido, sendo prestado de modo gratuito e naturalizado. Vale ressaltar, embora a mulher trabalhe fora e tenha um emprego remunerado, ela ainda realiza todo ou quase todo o trabalho doméstico em casa (WOLF, 2019).

4 PANDEMIA DA COVID-19: OS DESAFIOS DAS MÚLTIPLAS TAREFAS NO CONTEXTO ATUAL

4.1 CENÁRIO PANDÊMICO DA COVID-19

No final de dezembro de 2019, ocorreu a transmissão do novo coronavírus em pessoas na cidade de Wuhan, na China, originado do SARS-CoV-2 (Síndrome respiratória Aguda Grave 2), o que causou a Covid-19 (Coronavirus Disease 2019), definida como uma infecção respiratória, cuja infecção desse vírus pode variar entre assintomáticos à situações mais graves (BRASIL, 2020). O rápido aumento de casos do novo coronavírus ao redor do mundo fez com que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarasse a pandemia, no dia 11 de março de 2020, ao passo que a alta taxa de contaminação pela COVID-19 e a letalidade fizeram com que medidas de enfrentamento fossem adotadas em várias regiões do mundo, desde o isolamento social e o confinamento, até medidas mais severas de restrições de contato social (ZWIELEWSKI, 2020).

Um novo cenário se agrava entre 2019 e 2020, se tratando de escala mundial, em que houve um acelerado aumento no número de casos e maior transmissão, gerando impactos aos sistemas de saúde em todo o mundo, sendo que a situação no Brasil foi declarada emergência em saúde pública, no dia 03 de fevereiro de 2020, pela portaria nº188, publicada pelo Ministério da Saúde, tendo o primeiro caso notificado no país em São Paulo e, desde então, o vírus tem se espalhado e evoluído rapidamente (OLIVEIRA; LUCAS; IQUIAPAZA, 2020).

No momento atual, considerando a data de 20 de junho de 2021, o site do Ministério da Saúde disponibiliza o painel COVID-19 acerca dos dados epidemiológicos do Coronavírus no Brasil, nos quais demonstram mais de 17 milhões de casos confirmados e 501.825 óbitos acumulados (BRASIL, 2021). Na primeira onda da Covid-19 no Brasil, governos estaduais adotaram políticas e intervenções de distanciamento de modo mais rígido, em que ocorreu a redução dos números de casos e mortes e, atualmente, estamos vivenciando a segunda onda, com crescimento de novos casos e óbitos, sendo algumas medidas adotadas, de acordo com cada Estado, no período de março de 2021, evidenciando que tais medidas foram menos rígidas comparadas à primeira onda, apesar da maior gravidade no momento atual (MORAES, 2021). Desde 2020, os governadores de diferentes estados adotaram tais medidas de isolamento e distanciamento social, entretanto, a falta de coordenação do governo federal, diante de atitudes e informações contraditórias acerca das estratégias e o negacionismo científico contribuíram para enfraquecer e desestimular as estratégias estaduais e o cumprimento das medidas pela população (CAPONI, 2020; GIOVANELLA, et al., 2020).

A incerteza e poucos estudos na área científica sobre o novo coronavírus, a rapidez de sua contaminação e as mortes em pessoas vulneráveis geraram grandes receios em como lidar com o novo e quais as melhores medidas a serem enfrentadas em um momento como esse, principalmente no Brasil, visto que é um desafio enorme tratar de uma propagação alta de uma infecção diante da desigualdade social, em que existem populações vivendo em condições precárias, como falta de saneamento básico, habitação, sem acesso a água e alimentação, dentre outros (WERNECK; CARVALHO, 2020).

Não existem medidas preventivas específicas para a Covid-19, no entanto, segundo Garcia e Duarte (2020), a Organização Mundial de Saúde orientou aos governos medidas, como intervenções não farmacológicas, que incluem medidas individuais (lavar as mãos, uso de máscara, uso de álcool em gel 70%, EPI's), comunitários (proibições de locais que geram aglomerações) e ambientais (limpeza frequente dos ambientes). Medidas utilizadas nesse momento foram o isolamento e a quarentena, cuja finalidade seria conter a propagação do vírus e evitar expor outras pessoas ao contágio, desse modo algumas regiões começaram por

adotar o isolamento social que visava isolar indivíduos após infecção e contaminação da doença (BAPTISTA; FERNANDES, 2020).

O distanciamento social é explicada por Aquino et al. (2020), como sendo uma medida que tem a finalidade de reduzir a transmissão e as interações e o contato entre a comunidade, incluindo pessoas infectadas e não isoladas, sendo exemplificado o fechamento de escolas, trabalho, comércio e cancelamento de eventos, ao passo que o caso extremo do distanciamento social (*lockdown*) se refere a uma intervenção mais rigorosa pela proibição de que os sujeitos saiam de suas casas por motivos de extrema necessidade. Os autores ainda discutem acerca de países com população numerosa, como o Brasil, onde esse tipo de medida será essencial para minimizar os impactos nos serviços de saúde e diminuir o número de óbitos, até que a vacina esteja disponível para todos, porém, em longo prazo, isso pode gerar impactos para a vida das populações (AQUINO, et al., 2020).

Vale salientar, que a medida mais efetiva para a prevenção é o isolamento social, entretanto, essa medida traz mudanças significativas às rotinas de cada pessoa das mais diversas faixas etárias e classes sociais, com a suspensão das atividades de trabalho presenciais, a redução das jornadas de trabalho, a diminuição da remuneração e o aumento do desemprego, podendo afetar a saúde mental dos sujeitos (ALMONDES, 2020).

4.2 TRABALHO INTENSIFICADO NA PANDEMIA

Para além da questão de saúde, a pandemia atual evidencia disparidades sociais, que incluem de gênero, raça e classe, trazendo inúmeras sequelas para a população, principalmente para a vida de mulheres, visto que as medidas de enfrentamento contra a COVID-19 trouxeram impactos econômicos e sociais para as mesmas, como o desemprego, aumento dos índices de violência doméstica, sobrecarga de atividades das mulheres dentro e fora de casa, aumento dos cuidados maternos, dentre outros (MENEGATTI et al., 2020; ONU MULHERES, 2020; SILVA et al., 2020). Estudos estão mostrando que a pandemia da COVID-19 reforça as questões de desigualdade de gênero, entretanto, Wenham, Smith e Morgan (2020) esclarecem, que surtos anteriores, como o vírus Ebola e o vírus da Zika, já evidenciaram a relevância acerca da análise de gênero, ao passo que as mulheres eram mais submetidas à infecção do vírus, diante de estarem, em maioria, na linha de frente como profissionais de saúde.

Diante desses dados apresentados, de acordo com Reis et al. (2020), esse momento pandêmico reforça a divisão sexual do trabalho no Brasil, visto as mulheres serem afetadas

pela redução de ocupações, estarem em maior parte nos trabalhos informais e ganharem ainda salários mais baixos, além disso permanecem com as responsabilidades dos cuidados domésticos e da família. A literatura internacional também tem mostrado as desigualdades de gênero, na qual atribui o papel das mulheres de cuidadoras, carregando uma carga bastante pesada no aumento de cuidados nesse momento de crise da COVID-19 e que tem grande impacto nas mulheres, destacando, principalmente, as mães que trabalham (WENHAM; SMITH; MORGAN, 2020; ZAMARRO; PEREZ-ARCE; PRADOS, 2020).

Essas disparidades estão relacionadas, segundo Santos (2020), ao contexto cultural da ideia de que as mulheres são naturalizadas como as “cuidadoras do mundo”, consideradas como responsáveis, exclusivamente, pelo cuidado de sua família, que, historicamente, carregam esse papel. Nesse sentido, Barros e Oliveira (2020) também discutem e refletem acerca desse lugar de cuidadora:

O cuidado, conforme descrito ao longo deste texto, vem historicamente sendo associado à mulher que é considerada cuidadora por natureza, o cuidar seria um dom concedido por deus no processo de preservação da espécie. Essa crença estabelece uma perversa relação de obrigação no processo do cuidado desde a infância, quando meninas são responsáveis por seus irmãos mais novos, adolescente ficam a cargo das tarefas domésticas e a mulher adulta além de cuidar de sua própria prole, ainda fica responsável pelos pais e sogros moribundos e, nessa trajetória, muitas abdicam de sua própria vida absorvidas pelos cuidados com a família. Essa predeterminação cultural travestida de determinismo biológico oculta uma relação perversa que não permite escolha. Mulheres não cuidam porque gostam, mas porque são condicionadas a este papel (BARROS; OLIVEIRA, 2020, p. 131).

Dessa forma, podemos perceber no contexto de trabalho que as mulheres desempenham várias funções relacionadas ao papel de cuidadora, sendo que as profissionais de saúde são a maioria mulheres, em torno de 70%, sendo as mesmas mais expostas e vulneráveis à infecção da COVID-19, além disso, as mulheres são maioria, no que diz respeito aos setores informais, como o trabalho doméstico (remunerado e não remunerado), cuidadoras de idosos e crianças e estão inseridas nos processos de limpeza, assistência e produção de suprimentos (MINAYO; FREIRE, 2020; ONU NEWS, 2020). Não é por acaso que essas profissões estão interligadas com esse lugar de cuidado, que as mulheres foram atribuídas socialmente, incluindo as enfermeiras, professoras, babás, domésticas e cuidadoras de idosos (SILVA et al., 2020).

Durante o pico da pandemia, quando houve medidas mais restritivas para conter as infecções, como o isolamento e distanciamento social, ocorrendo o fechamento de escolas, evidenciou também o aumento de atividades domésticas e maternas, diante do confinamento em casa, na qual gerou mais sobrecarga e estresse para as mães, visto ter que conciliar tais tarefas domésticas, trabalho remoto e educação domiciliar das crianças e, nesse sentido, a

pandemia revela e confirma os desafios impostas às mulheres mães em suas múltiplas jornadas de trabalho (OLIVEIRA, 2020). A autora supracitada traz também que é um desafio ainda maior para as mães-solo, ao passo que estas possuem muitas dificuldades de conciliar os trabalhos sem a obtenção de uma rede de apoio.

De acordo com os dados do IBGE foi comprovado, no ano de 2019, que as mulheres trabalham bem mais que os homens nas atividades domésticas, totalizando uma média de 10,4 em horas semanais a mais que os homens nos cuidados de pessoas ou tarefas domésticas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020). Outro dado do IBGE interessante que evidencia a desigualdade de gênero nos processos de trabalho é que, em 2018, o ensino superior das mulheres brancas consta 23,5% e das mulheres negras 10,4%, já os homens brancos mostram 20,7% e dos homens negros 7%. Porém, são 60,9% dos homens que ocupam cargos de gerência, enquanto a mulher apenas 39,1% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018). Nesse caso, significa dizer que as mulheres estudam mais para receberem menos, mesmo com a carga horária maior de trabalho como já citado.

De acordo com Leite (2017), mesmo com as conquistas das mulheres no mercado de trabalho, nas quais também contribuíram com a renda familiar e passaram a compartilhar com os homens o tempo de trabalho recompensado, continuam ainda sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e familiar, sem a existência de redistribuição igual de tarefas desempenhadas entre o casal, fazendo com que a mulher tenha que conciliar as tarefas, afetando até sua permanência no mercado de trabalho ou prejudicando a qualidade de seus empregos. Vale salientar, que isso tem relação com os papéis tradicionais de gênero, que foram construídos socialmente e influencia na naturalização do papel da mulher de “cuidadora”, numa ideia de que as mulheres estariam para o espaço privado e os homens para o espaço público, em que esse modelo tradicional da sociedade patriarcal ainda perdura (BUENO, 2020; LEITE, 2017; SOUSA; GUEDES, 2016).

A relação de mulheres como o trabalho remoto (Home Office) durante a pandemia também evidencia uma sobrecarga de trabalho, na qual Lemos, Barbosa e Monzato (2020) discutem em suas pesquisas sobre home office na quarentena e a intensificação do conflito trabalho-família, em que ao entrevistar algumas mulheres constataram, ao analisar os depoimentos, que todas as entrevistadas confirmaram um aumento do trabalho durante esse momento atual, frente às demandas no lar, porém, nem todas alegaram se sentir sobrecarregadas com as múltiplas tarefas, mesmo boa parte relatar insatisfação com a situação vivida. Na pesquisa dos autores anteriores, também é mostrado que mulheres mães solteiras

com filhos pequenos tem mais dificuldade de conciliar trabalho com a esfera doméstica, e é reforçado no estudo, que o aumento do trabalho não é apenas causado pela inserção do home office na quarentena, visto que os fatores de dedicação a casa e os filhos entram no contexto.

As múltiplas tarefas que as mulheres desempenham atualmente são nítidas, em que buscam sua atuação no mercado de trabalho desde cedo, investem em formações acadêmicas e profissionais, podendo o casamento e maternidade não ser mais prioridades em sua vida. Entretanto, ainda se tem expectativas a essas mulheres quanto aos papéis de cuidadora do lar e dos filhos atribuídos ao longo da história (ROCHA-COUTINHO, 2013).

De fato, “as mulheres trabalham mais, sejam elas orientais ou ocidentais; sejam donas de casa ou tenham empregos remunerados” (WOLF, 2019, p. 43). Nesse sentido, ser mulher na contemporaneidade é uma tarefa árdua, mesmo com tantas conquistas ainda não foi efetivada a igualdade de gênero, o que reforça o fato da sobrecarga de trabalho em mulheres, além disso, ser mulher ainda detém de preconceitos e discriminações na sociedade, devido ao modelo patriarcal que ainda faz parte do mundo, fazendo com que as tarefas domésticas sejam de inteira responsabilidade da mulher na maioria das famílias (TALAVERA, 2020).

5 PANDEMIA E SAÚDE MENTAL: OS IMPACTOS NAS MULHERES FRENTE À SOBRECARGA DE TRABALHO

Nesse momento crucial de crise pandêmica é necessário pensarmos sobre alguns conceitos bem complexos como o de saúde mental, em que os estudos acerca da saúde mental frente à pandemia são escassos, devido ao momento ser ainda bem recente, mas que não é desconsiderado sua importância, ao passo que é destacado os estudos desenvolvidos até o momento, sendo, principalmente, direcionados à população em geral e aos profissionais de saúde (SCHMIDT et al., 2020).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) conceitua o termo “saúde” como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade”, considerando de forma mais complexa os aspectos sociais e psicológicos, pensando em um sentido integral de cuidado, bem como abarca o conceito de saúde mental, como um estado de bem-estar onde o sujeito consegue lidar com os estresses do dia a dia, reconhece suas habilidades, sendo capaz de contribuir com seu meio (GAINO et al., 2018). O Ministério da Saúde (2004) aponta também, que a situação de saúde envolve diversos fatores, incluindo a alimentação, o lazer, renda, as condições de trabalho, moradia e a relação com o meio ambiente. Ademais, conceituar saúde mental ainda é muito difícil, visto não chegar a um

consenso sobre a sua definição exata, porém pode-se dizer que envolve as dimensões culturais, sociais, econômicas e políticas, sendo que a construção histórica desse termo está relacionada com os aspectos de saúde e doença, vinculada as questões do que é normal e patológico e as atribuições de diagnóstico psiquiátrico, advindos da construção da reforma psiquiátrica e da discussão aos estigmas ligados a história da loucura (ALCÂNTARA; VIEIRA; ALVES, 2020).

A situação de crise causada pela pandemia da Covid-19 tem gerado uma grande preocupação no âmbito da saúde mental da população, visto que esse episódio traz impactos aos seres humanos tanto de forma direta como indireta, em que os sujeitos estão expostos a sofrimentos físicos e psicológicos diante da situação, os quais respondem com diferentes reações e sintomas, ao passo que a capacidade de enfrentamento das pessoas afetadas pode ser comprometida, fazendo com que haja uma implicação na perturbação psicossocial em distintos níveis de intensidade e gravidade (MELO et al., 2020).

Em se tratando do público feminino nesse contexto de pandemia da COVID-19, foi evidenciado que as mulheres se encontram em situações bastante vulneráveis, como expõem Souza, Souza e Praciano (2020) ao trazerem, que estudos mais recentes apontaram possíveis riscos à saúde mental desse público, diante do isolamento social, além de destacarem sintomas apresentados como ansiedade, estresse e depressão. Na pesquisa de Duarte et al. (2020) acerca da pandemia da COVID-19 e seus impactos na saúde mental de moradores no Estado do Rio Grande do Sul, em que associam indicadores de risco para transtornos mentais menores, como a depressão e ansiedade, indicaram que as mulheres obtiveram maiores riscos para transtornos, além de discutirem a respeito dos fatores de risco, que podem apresentar maior prejuízo na saúde mental: ser mulher, jovem adulta, ter baixa renda, ter algum diagnóstico de transtorno, ser do grupo de risco, dentre outros. Na pesquisa de Campos et al. (2020) mostrou também a prevalência de Transtornos Mentais Comuns (TMC) nas mulheres negras em relação as mulheres não negras, bem como pontuam que a associação de TMC com o gênero pode ser compreendida com base nas funções atribuídas com o cuidado com o lar e a família, sobrecarga de atividades domésticas, longas jornadas de atividades, trabalhos não valorizados e em condições precárias, sendo reduzidas a atenção ao cuidado próprio e gerando mais estresses, desgastes e transtornos mentais.

Esses fatores sintomáticos nesse período trazem grande preocupação com a saúde mental de mulheres, visto que o aumento da sobrecarga de trabalho, como os cuidados com a família, o lar e as atividades profissionais desencadearam problemas emocionais, fazendo com que o meio público visse a necessidade de atender as questões de saúde e bem-estar dessas

mulheres (BUENO, 2020). Valem considerar, segundo Costa (2020), os fatores acerca da rotina diária da mulher nesse novo cenário, diante da multiplicidade de tarefas que são designadas, como os afazeres domésticos, cuidarem dos filhos e familiares, emprego e adaptação do trabalho Home Office, dentre outros, e com isso, o acúmulo de atividades pode gerar cansaço físico, estresse e uma sobrecarga psíquica e emocional muito grande, prejudicando a saúde dessas mulheres.

O isolamento social como uma medida preventiva e eficaz pode gerar também diversos impactos psicológicos, que, para Pereira et al. (2020), alguns estressores podem surgir nas situações de isolamento social como: se afastar dos amigos e familiares, acúmulo de tarefas tanto escolares, como de trabalho, surgimento do estresse, que podem manifestar ansiedade e depressão nos sujeitos em isolamento. Desse modo, como complementam Abreu, Marques e Diniz (2020), os impactos na rotina de mulheres durante a pandemia se intensificaram, colocando-as em situações mais dolorosas, diante dos fatores de desemprego e baixa renda, exposição ao vírus e riscos de contaminação, aumento significativo de trabalho doméstico, trabalho na linha de frente dos hospitais e casas de repouso no contexto da COVID-19, ao passo que são atribuídas ações de cuidados, gerando assim sobrecarga de trabalho e diminuição de momentos de lazer.

A rede complexa de multitarefas pode tirar momentos de lazer e relaxamento das mulheres, em que estas deixam de priorizar seus momentos individuais de prazeres e coloca sua saúde em segundo plano, assim o cansaço físico e emocional está relacionado com a sobrecarga doméstica, sendo o que mais preocupa as mulheres, além do estresse gerado pelo sentimento de culpa, devido aos modelos familiares seguirem ainda uma estrutura patriarcal e não poderem se abster de nenhum papel, o que traz inúmeras reflexões acerca do sofrimento vivenciado pela mulher diante de tantas tarefas e cobranças (COSTA, 2018). Para complementar Hooks (2020) explica que o lar era um espaço relaxante para as mulheres apenas quando os filhos e marido estavam ausentes, pois trabalhavam para tornar a casa um lugar confortável para sua família, enquanto os homens realizavam boa parte do trabalho fora de casa, apontando que as mulheres dedicam grande parte do tempo para atender as necessidades dos outros e, dessa forma, não seria possível o lar ser um espaço de conforto e lazer, mas sim de trabalho.

Ademais, o trabalho doméstico, o qual as mulheres vivenciam ainda mais nesse contexto atual, corroboram para o estado de exaustão das mesmas, como reforçam os autores:

De fato, as mulheres estão vivenciando o trabalho doméstico de forma mais intensa. Muitas delas que já exerciam exclusivamente esse trabalho não remunerado, narram que estão mais exaustas, preocupadas e com a sensação de que são responsáveis pela

não entrada do vírus na casa. Condição que se funda a partir da mistificação entre trabalho e cuidado no âmbito do lar, em que ambos são postos como indivisíveis e de caráter exclusivamente feminino. Em tempos de isolamento social, esse trabalho torna-se redobrado, pois além das já existentes atividades de arrumar, limpar, cozinhar, passar roupas, é imposta a obrigação de estar disponível emocionalmente para o núcleo familiar. O vírus parece impor uma nova sobrecarga, na medida em que demanda desse lugar de cuidado e trabalho, a sua eliminação. Nesse sentido eliminar um vírus invisível é análogo ao trabalho doméstico, porque ambos parecem não ter fim (ABREU; MARQUES; DINIZ, 2020, p. 9).

O ministério da Saúde, levando em consideração a saúde da mulher como essencial nas ações do Governo, desenvolveu, em 2004, a “Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes”, reconhecendo as desigualdades de gênero como fator agravante no processo de adoecer e condições vulneráveis das mulheres, sendo, portanto, as questões de gênero consideradas como determinantes de saúde para formular políticas públicas, visto que a vulnerabilidade e causas de morte do público feminino estão mais interligadas com as condições de discriminações do que fatores biológicos. A política também discute acerca da saúde mental de mulheres, que deve ser trabalhada na perspectiva social cultural, econômica e de gênero, em que as desigualdades geram consequências para além de transtornos mentais ou de tendências individuais, pensando em uma estrutura social que acomete a vida cotidiana das mulheres, como a sobrecarga de atividades, que pode gerar sofrimento. Vale salientar que é preciso refletir dentro de uma análise interseccional de mulheres, considerando a classe social, raça, idade e orientação sexual, e outros condicionantes (BRASIL, 2004).

A situação de crise e emergência que vivenciamos se reflete na sociedade, na economia e na saúde física e mental das populações, em especial das mais vulneráveis e, portanto, é fundamental salientar a necessidade de promoção de ações voltadas ao comportamento social, cumprimento de regras e ao autocuidado, os quais nesse aspecto destaca-se o suporte para o bem-estar (CRUZ, 2020). Para prestar serviços de apoio psicológico o Conselho Federal de Psicologia divulga a resolução CFP nº 4/2020, através do “cadastro e-Psi” dos profissionais para atender de modo remoto, buscando minimizar os impactos frente a COVID-19 (SCHMIDT et al, 2020). Psicólogas se disponibilizaram para prestar acolhimento à população afetada, que de acordo com Faro et al. (2020), o Governo convocou profissionais para trabalhar de modo voluntário, através de atendimentos remoto e online.

Ainda se deve refletir sobre ausências de políticas públicas atuais, que, para Bueno (2020), prejudica no contexto de combate as violências vivenciadas pelas mulheres nesse contexto. As desigualdades enraizadas colocam as mulheres no centro dos grupos mais

afetados pela crise pandêmica que estamos vivendo, necessitando analisar as diferenças de gênero, planejar e fomentar pesquisas interventivas (BARROSO; GAMA, 2020). Dessa forma, políticas públicas são essenciais para enfrentar a crise e fortalecer ações de igualdade de gênero em meio a processos de adoecimentos, sobrecarga de trabalho e cuidado, violação de direitos e quaisquer tipos de violência (BRAGA; OLIVEIRA; SANTOS, 2020).

Importante destacar, diante do isolamento social e quarentena na pandemia, as evidências sobre o aumento do número de casos de violência doméstica sofrida pelo público feminino (OKABAYASHI et al., 2020). Esse tipo de violência traz sérios abalos psicológicos, físicos e emocionais na vida de mulheres, afetando de forma negativa a saúde mental das mesmas e colocando-as em riscos mais graves, como ansiedade, depressão, estresse pós-traumático, consumo abusivo de álcool e outras drogas, suicídio, dentre outros (SILVA et al., 2019). Mesmo não sendo o foco da pesquisa, é essencial expor esses dados, visto que também impactam, de modo significativo, a saúde mental de mulheres no contexto atual, levando em consideração as relações de poder do homem sobre a mulher.

Os diferentes papéis e tarefas da mulher têm sido difíceis, cada vez mais, concilia-los, devido às responsabilidades familiares, conjugais e sua inserção no mercado de trabalho, além disso, se observa inúmeras cobranças sociais esperadas pela sociedade atual, que incluem a mulher como uma mãe e educadora dedicada, esposa exemplar, que seja uma mulher bem-sucedida financeiramente e, por esses motivos, a mulher lida com sentimentos contraditórios de culpa, visto abdicar do seu tempo a cuidar dos filhos para realizar alguns projetos e metas pessoais, fazendo com que a mulher se sinta esgotada e sobrecarregada em tentar conciliar suas múltiplas tarefas, sendo, então, um grande desafio para esse gênero nos dias de hoje (BERNARDINI, 2019). A múltipla jornada da mulher, para Schneider (2020), representa uma sobrecarga violenta.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, as mulheres passaram por inúmeras transformações em seus papéis sociais, principalmente, com sua inserção no mercado de trabalho, possibilitando inúmeras conquistas. Atualmente, a mulher está cada vez mais envolvida em múltiplas tarefas, sendo mãe, esposa, estudante e profissional, em que necessita se adaptar a essas mudanças. Entretanto, a sobrecarga de trabalho direcionada a esse público afeta constantemente diferentes mulheres, o que tem gerado interesse em vários estudos de gênero frente às sociedades patriarcais e capitalistas.

Estudos evidenciaram que a crise da pandemia da COVID-19 intensificou ainda mais a sobrecarga de trabalho em mulheres, sendo estas já marcadas frente às múltiplas jornadas na sociedade contemporânea. As medidas de isolamento social e quarentena colocaram à tona a discussão a respeito das atividades de cuidado e trabalho doméstico que as mulheres são responsabilizadas, devido à herança histórica da sociedade patriarcal, colocando grandes desafios às mulheres nesse momento atual. Diante dos impactos da pandemia, as mulheres são consideradas um dos grupos mais vulneráveis, estando presentes na linha de frente do enfrentamento do vírus, seja por problemas financeiros, saúde mental comprometida, aumento de violência doméstica, sobrecarga de atividades dentro e fora de casa, dentre outros.

A desigualdade de gênero também é um fenômeno a ser relacionado com os impactos na vida de mulheres diante desse cenário pandêmico, visto que, apesar de muitas conquistas e direitos, o trabalho da mulher ainda é desvalorizado e invisibilizado, devido a relações de poder existentes, que coloca a mulher em posição de desvantagem e de dominação na esfera pública e privada, fruto do poder patriarcal e do capitalismo, demonstrando a divisão sexual do trabalho.

Ainda há poucos estudos sobre o tema da saúde mental do público feminino, no contexto atual pandêmico, visto ser bem recente o ocorrido, em que foram observadas algumas dificuldades em abordar esse assunto tão necessário nesse momento. As contribuições encontradas serviram para expor, que a pandemia da COVID-19, seja de forma direta ou indireta, impacta a saúde mental de mulheres, evidenciando que a múltipla jornada e a desigualdade de gênero, como já colocado, acentuam mais ainda tais efeitos.

Dessa forma, pesquisas sobre esse tema reforçam a criação efetiva de políticas públicas e estratégias de enfrentamento e acolhimento para as mulheres, considerando cada necessidade, de forma única, levando em consideração os impactos durante e pós-pandemia, bem como ações que visem fortalecer a igualdade de gênero e fomentem pesquisas e discussões, compreendendo as vulnerabilidades e condições em que as mulheres estão inseridas, em evidência, principalmente, nesse momento de pandemia da COVID-19, como algo de interesse público e coletivo.

Portanto, os objetivos desta pesquisa em questão foram atendidos, com o intuito de compreender como a multiplicidade de tarefas e desigualdade de gênero afeta mulheres nesse contexto da pandemia da COVID-19, sendo importante a continuidade de outras pesquisas acerca do tema para fortalecer ainda mais discussões e estratégias de enfrentamento para o público em questão.

REFERÊNCIAS

- ABREU, F.; MARQUES, F.; DINIZ, M. I. Divisão Sexual do Trabalho entre Homens e Mulheres no Contexto da Pandemia da COVID 19. **Revista Inter-Legere**, v. 3, n. 28, p. c21486, 2 set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/21486>. Acesso em: 30 de maio de 2021. DOI: <https://doi.org/10.21680/1982-1662.2020v3n28ID21486>
- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. Brasiliense, 2017.
- ALCÂNTARA, V. P.; VIEIRA, C. A. L.; ALVES, S.V. Perspectivas acerca do conceito de saúde mental: análise das produções científicas brasileiras. **Ciência e Saúde Coletiva**. 2020. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/perspectivas-acerca-do-conceito-de-saude-mental-analise-das-producoes-cientificas-brasileiras/17852?id=17852>. Acesso em: 10 de junho de 2021.
- ALVES, K. R. M.; RESENDE, R. Reflexões sobre as mulheres que exercem múltiplas funções: papéis sociais, dentro e fora de casa. **Revista Educação e Humanidades**, v. 2, n. 1, jan-jun, p. 622-631, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/reh/article/view/8576>. Acesso em: 21 de abril de 2021.
- AMOR, M. M.; MARTÍNEZ, J. M. R. Representaciones discursivas antipatriarcales en la literatura: el matriarcado como forma alternativa de ejercicio del poder. **Ambigua: Revista De Investigaciones Sobre Género Y Estudios Culturales**, n. 7, p. 96–114, 2020. Disponível em: <https://www.upo.es/revistas/index.php/ambigua/article/view/5181>. Acesso em: 21 de abril de 2021. DOI: <https://doi.org/10.46661/ambigua.5181>.
- AQUINO, E. M. L. et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 2423-2446, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020006702423&lng=en&nrm=iso. Acesso: 16 de maio de 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10502020>.
- BAPTISTA, A. B.; FERNANDES, L. V. COVID-19: Prevenção, cuidados, complicações sintomáticas e infecções secundárias. In: SENHORAS, E. M. **COVID-19: Enfoques Preventivos**. v. 71, Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.
- BARROS, V. S.; DE OLIVEIRA, R. C. Desigualdades de gênero e espaço doméstico: O isolamento social e seus impactos no cotidiano das mulheres em tempos de Covid-19. **Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa**, v. 7, n. 2, 2020. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/amp/article/view/6746>. Acesso em: 20 de maio de 2020.
- BARROSO, H. C.; GAMA, M. S. B. A crise tem rosto de mulher: como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia do COVID-19 para as mulheres no Brasil. **Revista do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - CEAM**, Brasília, v. 6, n. 1, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/39554>. Acesso em: 30 de maio de 2021. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3953300>

BERNARDI, D. Transformações na Trajetória da Mulher Contemporânea. **Anais Simpósio de Pesquisa e Seminário de Iniciação Científica**, v. 1, n. 4, 2019. Disponível em: <https://sppaic.fae.emnuvens.com.br/sppaic/article/view/58>. Acesso em: 22 de abril de 2021.

BUENO, W. L. História das mulheres em tempos de pandemia. **Filosofia e Educação**, v. 12, n. 3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8661985>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BRAGA, I. F.; DE OLIVEIRA, W. A.; DOS SANTOS, M. A. “História do Presente” de mulheres durante a pandemia da covid-19: Feminização do cuidado e vulnerabilidade. **Revista Feminismos**, v. 8, n. 3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42459>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde; 2004. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf. Acesso em: 10 de junho de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coronavírus Covid-19. In: **Sobre a doença**. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/index.php/sobre-a-doenca>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Painel COVID-19. [Internet]. 2020. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

CAMPOS, F. M. et al. Estresse ocupacional e saúde mental no trabalho em saúde: desigualdades de gênero e raça. **Cadernos Saúde Coletiva**, 28(4): 579-589, 2020. <https://doi.org/10.1590/1414-462X202028040559>.

CAPONI, S. Covid-19 no Brasil: Entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 209-224, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200209&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 de maio de 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.013>

CARNEIRO, S. **Escritos de uma vida**. 1ª ed. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

CASTRO, A. B. C.; DOS SANTOS, J. S.; DOS SANTOS, J. S. Gênero, Patriarcado, Divisão Sexual do Trabalho e a Força de Trabalho Feminina na Sociabilidade Capitalista. **VI Seminário CETROS – UECE**, 2018. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51197-29062018-084053.pdf. Acesso em: 22 de abril de 2021.

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COSTA, C. F. **Jornada múltipla e pandemia: os impactos na qualidade de vida e saúde mental das mulheres que frequentam uma comunidade cristã**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação, Bacharelado em Administração) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/handle/177683/1082>. Acesso em: 27 de abril de 2021.

CRUZ, R. M. et al. COVID-19: emergência e impactos na saúde e no trabalho. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 1-3, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572020000200001. Acesso em: 25 de maio de 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2020.2.editorial>.

DA COSTA, F. A. Mulher, trabalho e família: os impactos do trabalho na subjetividade da mulher e em suas relações familiares. **Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 3, n. 6, p. 434-52, 2018. Disponível em: 15986-Texto do artigo-65618-1-10-20180911.pdf. Acesso em: 28 de abril de 2021.

DA SILVA, V.; LONDERO; J. C. Do matriarcalismo ao patriarcalismo: Formas de controle e opressão das mulheres. **Anais XII Cólóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidades -CONAGES**, Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/18452>. Acesso em: 21 de abril de 2021.

DE ALMONDES, K. M. Tópico 8: Manejo das alterações de sono no contexto de enfrentamento da COVID-19. **Sociedade Brasileira de Psicologia – SBP**, 2020. Disponível em: <http://www.sbponline.org.br/enfrentamento-covid19>. Acesso em: 16 de maio de 2021.

DE BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: A experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

DE JESUS, C. A. et al. Estereótipos de gênero e seus impactos na psique humana. **Revista Científica Sophia**, v. 1, n. 1, p. 70-87, jun. 2020. Disponível em: <http://ojs.avantis.edu.br/index.php/sophia/article/view/83>. Acesso em: 10 de jun. 2021.

DE MORAES, R. F. Medidas legais de distanciamento social: análise comparada da primeira e segunda ondas da pandemia da Covid-19 no Brasil. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10572>. Acesso em: 15 de maio de 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ntdinte33>.

DE OLIVEIRA, A. C.; LUCAS, T. C.; IQUIAPAZA, R. A. O que a pandemia da covid-19 tem nos ensinado sobre adoção de medidas de precaução?. **Texto & Contexto-Enfermagem**, Florianópolis, v. 29, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265x-tce-2020-0106>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

DE OLIVEIRA, A. L. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia da COVID-19. **Revista Tamoios**, v. 16, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50448>. Acesso em: 20 de maio de 2021. DOI: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2020.50448>

DE SOUSA, L. P.; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos avançados**, v. 30, n. 87, p. 123-139, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/PPDVW47HsgMgGQQCgYYfWgp/?lang=pt>. Acesso em: 21 de abril de 2021. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>

DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H. et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP: São Paulo, 2009.

DO IMPÉRIO, D. A. et al. A mulher no mercado de trabalho: lutas e conquistas. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 3, n. 1, 2019. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/>. Acesso em: 22 de abril de 2021.

DOS REIS, A. P. et al. Desigualdades de gênero e raça na pandemia de COVID-19: implicações para o controle no Brasil. **Saúde em debate**, 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/1625>. Acesso em: 20 de maio de 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E423>

DOS SANTOS, H. M. A Importância de Discutir Gênero na Psicologia. In: ANDRADE, Darlane Silva Vieira; SANTOS, Helena Miranda dos (orgs.). **Gênero na psicologia: articulações e discussões**. 1 ed., Salvador: CRP-03, 2013. Disponível em: http://newpsi.bvpsi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/genero_na_psicologia.pdf. Acesso em: 28 de abril de 2021.

DOS SANTOS, R. G. et al. Violência contra a Mulher à Partir das Teorias de Gênero/Violence against Women from the Gender Theories perspective. **ID online REVISTA DE PSICOLOGIA**, v. 13, n. 44, p. 97-117, 2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1476>. Acesso em: 20 de maio 2021. DOI: <https://doi.org/10.14295/idonline.v13i44.1476>

DUARTE, M. Q. et al. COVID-19 e os impactos na saúde mental: Uma amostra do Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3401-3411, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2020.v25n9/3401-3411/>. Acesso em: 30 de maio de 2021. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.16472020>

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2014.

FARO, A. et al. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 37, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/dkxZ6QwHRPhZLsR3z8m7hvF/?lang=pt>. Acesso em: 25 de maio de 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200074>.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **O Ponto Zero da Revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

GAINO, L. V. et al. O conceito de saúde mental para profissionais de saúde. **SMAD Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, v. 14, n. 2, p. 108-116, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/smad/article/view/149449/151279>. Acesso em: 25 de maio de 2021. DOI: 10.11606/issn.1806-6976.smad.2018.149449

GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo**. Claridade, 2018.

GARCIA, L. P.; DUARTE, E. Intervenções não farmacológicas para o enfrentamento à epidemia da COVID-19 no Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 29, n. 2, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222020000200100&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 de maio de 2021.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GIOVANELLA, L. et al. Negacionismo, desdém e mortes: notas sobre a atuação criminosa do governo federal brasileiro no enfrentamento da Covid-19. **Saúde em Debate**, v. 44, p. 895-901, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012623>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

GOMES, C. M. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 18, n. 1, p. 65-82, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/bRTKvzGxYTtDbtrFyLm5JNj/?lang=pt>. Acesso em: 20 de maio de 2021. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2018.1.28209>

GUERRA, L. G. Pequeno histórico do ‘matriarcado’ como hipótese para a interpretação da pré-história. **Mare Nostrum**, v. 12, n. 1, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/marenostrum/article/view/174298>. Acesso em: 21 de abril de 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2177-4218.v12i1p1-25>.

HOOKS, B. (1952). **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 12 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

INSFRAN, F.; MUNIZ, A. G. C. R. Maternagem e Covid-19: desigualdade de gênero sendo reafirmada na pandemia. **Diversitates International Journal**, v. 12, n. 2, p. 26-47, 2020. Disponível em: <http://www.diversitates.uff.br/index.php/1diversitates-uff1/article/view/314>. Acesso em: 25 de maio de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas**. Agencia IBGE Notícias. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 22 de abril de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua**, Rio de Janeiro, 2018.

KAUARK, F. S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010. Disponível em:

<https://biblioteca.isced.ac.mz/bitstream/123456789/713/1/Metodologia%20da%20Pesquisa.pdf>. Acesso em: nov. de 2020.

LEITE, M. P. Gênero e trabalho no Brasil: os desafios da desigualdade. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 8, 2017. Disponível em: <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/144>. Acesso em: 21 de maio de 2021.

LEMONS, A. H. C.; BARBOSA, A. O.; MONZATO, P. P. Mulheres em home office durante a pandemia da Covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família. **Revista de Administração de Empresas**, v. 60, n. 6, p. 388-399, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0034-759020200603>. Acesso em: 21 de maio de 2021.

LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Editora Cultrix, 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARQUES, B. A Luta das Mulheres no Mercado de Trabalho. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/66730/a-luta-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 22 de abril de 2021.

MARTINI, M. T. Mulheres do século XXI: conquistas e desafios do lar ao lar. 2016. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wpcontent/uploads/2016/02/Mary-TerezinhaMartini.pdf>. Acesso em: 22 de abril de 2021.

MELO, B. D. et al. (org). Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19: recomendações para gestores. Rio de Janeiro: **Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz**, Cartilha, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41030>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

MENEGATTI, M. S. et al. Retratos da violência doméstica de gênero na pandemia da COVID-19: Representation of domestic gender violence in covid-19 pandemic. **Comunicação & Inovação**, v. 21, n. 47, 2020. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/7236. Acesso em: 20 de maio de 2021.

MINAYO, M. C. S.; FREIRE, N. P. Pandemia exacerba desigualdades na Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3555-3556, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/yFSBrKr7Tvz9Rg4vhCWx6rQ/?lang=pt>. Acesso em: 09 de maio de 2021. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.13742020>

OKABAYASHI, N. Y. T. et al. Violência contra a mulher e feminicídio no Brasil-impacto do isolamento social pela COVID-19. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 3, p. 4511-4531, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/9998>. Acesso em: 04 de junho de 2021.

ONU MULHERES. **Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe**. Dimensões de gênero na resposta, 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp->

content/uploads/2020/03/ONU-MULHERESCOVID19_LAC.pdf Acesso em: 16 de maio de 2021.

ONU NEWS. MULHERES. In: **Mulheres são as mais afetadas por pandemia e devem ser ouvidas sobre o futuro**. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/07/1720901>. Acesso em: 09 de maio de 2021.

PEREIRA, M. D. et al. A pandemia de COVID-19, o isolamento social, consequências na saúde mental e estratégias de enfrentamento: Uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i7.4548>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

ROCHA-COUTINHO, M. L. A difícil arte de harmonizar família, trabalho e vida pessoal. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Casal e família: transmissão, conflito e violência**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2013. p. 13-34.

SANTOS, B. S. A Cruel Pedagogia do Vírus. 1. ed. Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2020.

SCHMIDT, B. et al. Impactos na Saúde Mental e Intervenções Psicológicas Diante da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19). **SciELO Preprints**, 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/58>. Acesso em: 30 de maio de 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.58>

SCHNEIDER, E. C. A violência das múltiplas jornadas de trabalho atribuídas às mulheres. In: TONATTO, Refiane Cristina; DE OLIVERA, Renata Peixoto. **Por Elas e por nossas lutas: igualdade e justiça nos debates de gênero e diversidade nas sociedades contemporâneas**. 1 ed. Foz do Iguaçu: Editora CLAEAC, 2020, p. 172.

SILVA, J. M. S. et al. A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. **Revista Feminismos**, v. 8, n. 3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42114>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

SILVA, A. F. C. et al. Violência doméstica contra a mulher: contexto sociocultural e saúde mental da vítima. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 3, p. e35932363-e35932363, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2363>. Acesso em: 04 de junho de 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i3.2363>

SIMÕES, F. I. W.; HASHIMOTO, F. Mulher, mercado de trabalho e as configurações familiares do século XX. **Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas: Universidade Federal dos Vales dos Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais**, v. 1, n. 2, 2012.

SOUZA, A. S. R.; SOUZA, G. F. A.; PRACIANO, G. A. F. A saúde mental das mulheres em tempos da COVID-19. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 20, n. 3, p. 659-661, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/jxZhPTbgdcGMYcCPYtqDfNx/?lang=pt>. Acesso em: 30 de maio de 2021. <https://doi.org/10.1590/1806-93042020000300001>

STRÜCKER, B.; MAÇALAI, G. “Bela, Recatada e do Lar”: Os Novos Desdobramentos da Família Patriarcal. **Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na**

Sociedade Contemporânea, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/15880>. Acesso em: 21 de abril de 2021.

TALAVERA, V. M. A. **A Terceira Jornada de Trabalho da Mulher na Contemporaneidade**. 2020, 189 p. Tese (Doutorado) – Universidade Católica do Salvador, 2020. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/1954>. Acesso em: 21 de abril de 2021.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Metodologia da pesquisa**. 2 ed. 2009. Disponível em: <https://biblioteca.isced.ac.mz/bitstream/123456789/785/1/METODOLOGIA%20DA%20PESQUISA.pdf>. Acesso em: 25 d nov. De 2020.

WENHAM, C.; SMITH, J.; MORGAN, R. COVID-19: the gendered impacts of the outbreak. **The lancet**, v. 395, n. 10227, p. 846-848, 2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)30526-2/fulltext?te=1&nl=in-her%20words&emc=edit_gn_20200317](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)30526-2/fulltext?te=1&nl=in-her%20words&emc=edit_gn_20200317). Acesso em: 20 de maio de 2021.

WERNECK, G. L; CARVALHO, M. S. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n5/e00068820/pt/>. Acesso em: 16 de maio. de 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00068820>

WOLF, N. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

ZAMARRO G.; PEREZ-ARCE F.; PRADOS M. J. Gender Differences in the Impact of COVID-19: Working Paper. 2020. Disponível em: https://ktla.com/wp-content/uploads/sites/4/2020/06/ZamarroGenderDiffImpactCOVID19_061820-2.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2020.

ZWIELEWSKI, G. et al. Protocolos para tratamento psicológico em pandemias: As demandas em saúde mental produzidas pela COVID-19. **Revista Debates em Psiquiatria (RDP)**, ano 10, 2020. Disponível em: <http://www.hu.ufsc.br/setores/neuropsicologia/wp-content/uploads/sites/25/2015/02/Protocolos-psic-em-pandemias-covid-final.pdf>. Acesso em: outubro de 2020.